



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



1 **Ata nº06/2022.** Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois,
2 na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, ocorreu a reunião ordinária do mês
3 de maio do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) com
4 a presença dos conselheiros: Carla do Rocio Mosele (APMF São Vicente),
5 Magda Adriana Lozinski (SMEMA/Secretaria da Fazenda), Marcelo Aleixo
6 Cordeiro (Corpo de Bombeiros), José Osvaldo Kozlinski (SANEPAR), Maurício
7 de Barros (IDR Paraná), Elizabeth Zinco Budel (rádio Najuá), Ângelo Antonio
8 Delponte (Campo Real), Angelo Marcos Littieri (Clínica Chociai Odontologia),
9 Eleusa Fornazari (SOS Amigo Bicho), Elias Chichy (ACIAI), Rafael Obrzut
10 (ARECI), Luiz Vanderlei Kawa (AMCESPAR/Paróquia Nossa Senhora da Luz),
11 Angela Aparecida Malinoski Gherke (Associação Malinoski). Presente também,
12 Jéssica Elaine Custódio, da Secretaria de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo
13 da Prefeitura de Irati. A presidente Carla iniciou apresentando a pauta que foi
14 aprovada. Após, dispôs as atas de reuniões anteriores para aprovação pelos
15 conselheiros, as quais foram aprovadas. Antes de prosseguir com a pauta, a
16 presidente Carla apresentou dois ofícios encaminhados para os membros da
17 COOCAIR e Lixo e Luxo; reitera que as instituições estão há cinco reuniões sem
18 presença em 2022; comenta que será realizado o mesmo procedimento já
19 realizado com outras instituições. Reitera que a Associação Malinoski não esteve
20 presente em três reuniões; no entanto, foi enviado representante em reunião
21 anterior, que apesar de não estar cadastrada, assinou a lista de presença na
22 condição de representante da instituição. Carla comenta que assinará os ofícios.
23 Na sequência, apresenta o representante da Faculdade Campo Real, Ângelo;
24 justificado que a instituição possui vários projetos e o edital em aberto permite o
25 convite e inscrição. Ângelo fez sua apresentação; apresentou algumas
26 aspirações da instituição, como educação de qualidade e desenvolvimento local;
27 que a instituição sempre está presente no auxílio de Conselhos nos locais onde
28 possui instalações. Em seguida, Carla comenta sobre a Ata nº 5, que será
29 encaminhada aos membros para avaliação e correções. Apresenta que foi
30 recebido um documento da procuradoria de justiça sobre ofício do COMDEMA,
31 sobre os autos da ação civil pública ambiental para ciência dos membros; reitera
32 que há uma cópia impressa do documento para consulta. Dra. Gabriela comenta
33 que não imprimiu todo o documento, mas as principais partes da peça. Ângelo
34 argumenta sobre os laudos periciais; Dra. Gabriela comenta que um dos laudos
35 foi disponibilizado, mas que pode disponibilizar os demais via e-mail, a pedido
36 dos conselheiros. Carla cita o ofício nº16, sobre a utilização do recurso do Fundo
37 Municipal. Carla vai pedir à Secretaria para encaminhar a resposta do referido
38 ofício para avaliação e encaminhar a discussão para próxima reunião. Carla
39 avalia que necessitaria mais uma pessoa para auxiliar na Secretaria; que as
40 secretárias atendem a mais de um Conselho; que costumeiramente os
41 Conselhos em seus regimentos não pleiteia secretário executivo. Comenta que
42 tem também o ofício encaminhado à Secretaria de Urbanismo de Irati, solicitando



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



43 o projeto do parque São João e também que haja uma explanação da Secretaria
44 a respeito do mesmo. Carla agradece a presença da Secretária Jéssica e passa
45 a palavra para a mesma, que apresenta que o Parque São João foi contemplado
46 em programa do IAT para criação de parques novos ou consolidação de parques
47 antigos; há a disponibilização de recursos por parte o IAT. Comenta sobre os
48 valores repassados, bem como a contrapartida do município. Comenta que
49 algumas áreas do parque avançaram em área de APP, mas não foi suprimida
50 vegetação alguma. Comenta que será realizado o plantio de aproximadamente
51 400 árvores na área. Comenta sobre o estacionamento e algumas estruturas
52 obrigatórias necessárias, de acordo com o convênio com o IAT, como o portal,
53 jardim sensorial e de um projeto denominado “Poliniza”, com a criação de
54 abelhas sem ferrões. Apresenta que na área limítrofe da APP apresentada será
55 construída uma mureta para a proteção do local, bem como haverá o plantio de
56 arvores. Apresenta também as plantas de demais itens da infra-estrutura do
57 parque e também de um levantamento planialtimétrico; também alguns itens de
58 mobiliário urbano que estará presente. Jéssica comenta que pode disponibilizar
59 os documentos. Carla fala que poderia ser encaminhado por e-mail, sendo
60 melhor de disponibilizar aos conselheiros. Jéssica apresenta o material sobre os
61 diferentes tipos de árvores que serão plantadas na área do parque, bem como a
62 catalogação de árvores futuras e já existentes. Comenta sobre demais pranchas
63 do projeto, que por serem em número considerável, se torna repetitiva a
64 apresentação. Angelo pede a palavra; Jéssica finaliza a apresentação. Carla
65 abre para perguntas e questionamentos; caso não seja possível responder no
66 ato, que os questionamentos possam ser respondidos posteriormente via e-mail.
67 Passa a palavra ao Angelo, que questiona sobre possível invasão da área de
68 APP; sobre movimentação de terras em áreas próximas, sendo que pediu
69 pronunciamento sobre isso ao IAT; comenta sobre assoreamento de áreas;
70 sobre a situação de reposição de vegetação por ocupação de áreas, como em
71 condição de permuta de áreas. Jéssica comenta que a área em questão, que
72 possivelmente estaria invadida caso não viesse a ser construído o parque. Se
73 foi feito a pista de caminhada em área de APP, o próprio IAT saberia, pois está
74 em conjunto contemplando o parque e seus projetos para regularização.
75 Comenta que a própria lei sobre APP está em revisão para regularizar outras
76 áreas da cidade. Angelo comenta sobre projeto anterior de ocupação da área,
77 que seria área para construção de barracão industrial. Jéssica comenta sobre
78 áreas desocupadas, que se não utilizadas potencialmente, são invadidas.
79 Apresenta exemplo de área no bairro Canisianas. Ângelo comenta que, por lei,
80 áreas de invasão devem ser desocupadas; questiona sobre a viabilidade de
81 retirar invasões dessas áreas; e sobre a possibilidade e dever dos gestores de
82 retirar as ocupações. Jéssica pergunta onde se aloarão as pessoas retiradas
83 dessas áreas, e Ângelo comenta que seria um problema de ordem social; reitera
84 a pergunta se o IAT autorizou a invasão [de área de APP] e concedeu permuta



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



85 com o plantio de árvores. Jéssica comenta que o IAT está em convênio com o
86 município para a regularização da área do parque; que o IAT tem conhecimento
87 sobre a pista de caminhada existente pelo fornecimento de fotos aéreas. Ângelo
88 comenta a necessidade de explicação pelo IAT sobre a autorização do projeto e
89 ocupação da área. Jéssica comenta sobre as condições de interesse público e
90 interesse privado na ocupação de áreas urbanas. Dra. Gabriela comenta que na
91 área ambiental, seja por interesse público ou privado, [as condições de avaliação
92 da ocupação] devem ser semelhantes. Jéssica comenta sobre o projeto
93 aprovado e os itens aprovados, que conforme apresentado nas plantas, não
94 invadem a área de APP. Ângelo comenta sobre as atribuições do Conselho, que
95 é realizar questionamentos. Jéssica argumenta que nem todos os conselheiros
96 são técnicos na área [ambiental]. Ângelo concorda; que na visão dele há um
97 córrego próximo e que o mesmo estaria assoreado. Jéssica questiona se há um
98 laudo [técnico] indicando este assoreamento. Ângelo questiona alguns itens
99 apresentados na planta demonstrada na apresentação, e sobre como foram
100 realizadas as construções das lagoas. Jéssica comenta que não saberia explicar
101 porque não estava respondendo pela secretaria quando foram construídas.
102 Ângelo reitera pedido de explicação por parte do IAT quanto à aprovação do
103 projeto. Dra. Gabriela comenta que lei ambiental vem em interesse público, não
104 distinguindo demais interesses, mesmo que sociais, podem ser considerados
105 para desrespeitar a lei ambiental. Que é importante chamar o órgão ambiental
106 para explanar a respeito do tema, em especial pelo conhecimento técnico da
107 área ambiental. Carla comenta sobre alguns problemas do Conselho junto ao
108 IAT: que após a saída de um membro, o referido órgão não comparece às
109 reuniões, mesmo com convocações encaminhadas; que há impossibilidade de
110 supressão do mesmo do quadro de conselheiros pela condição de ser uma
111 instituição do setor público. Que está verificando a substituição do órgão por
112 outro da mesma área; que uma possibilidade seria o IBAMA. Dra. Gabriela
113 comenta que pode solicitar a presença dos representantes para explicação via
114 Ministério Público. Jéssica comenta que possui conhecimento na área da
115 engenharia civil; que possui pouco conhecimento na área ambiental. Reitera que
116 os projetos estão aprovados dentro de área permitida e que o IAT tem
117 conhecimento da área. Ângelo comenta que na visão dele haveria uma invasão
118 da área de APP e que gostaria da visão e explicação de um técnico do IAT.
119 Jéssica relata que os documentos e projetos foram avaliados por técnicos do IAT
120 de Curitiba. Dra. Gabriela argüiu a possibilidade de encaminhamento de dois
121 ofícios, um pelo Conselho e um pelo MP, solicitando a presença de alguém para
122 explanar sobre o projeto. Carla comenta que realizará o ofício solicitando ao
123 órgão as explicações quanto às condições de liberação do parque São João e
124 que fica no aguardo também de ofício semelhante do MP para encaminhamento.
125 Vanderlei Kawa comenta sobre a situação referente aos representantes da APA,
126 frente a alguns membros e órgãos participantes. Jéssica comenta sobre um



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



127 possível entendimento da opinião dos técnicos sejam considerados pareceres
128 técnicos. Carla comenta sobre o papel dos conselheiros na emissão de opinião
129 sobre assuntos. Magda solicita que se peça nos ofícios, além das explicações
130 referentes ao parque São João, a presença nas reuniões vindouras do conselho,
131 tendo em vista que são órgãos que licenciam e fiscalizam empreendimentos; que
132 a prefeitura não licencia empreendimentos ambientais nem em área urbana nem
133 em área rural; não cabendo responsabilidade [de fiscalização] à gestão e que a
134 mesma se sente confortável após as liberações do referido órgão para a
135 execução dos projetos. Dra. Gabriela pede então para o Conselho encaminhar
136 ofício da questão ao MP para posteriormente enviar solicitações, reiterando as
137 condições de dificuldade de presença de representantes do IAT, tanto ao
138 escritório municipal quanto ao de Curitiba. Magda comenta sobre a questão de
139 posição enquanto conselheiro, que mesmo na condição de Secretária, pauta as
140 suas explicações considerando as esferas legais e das condições de
141 funcionamento das áreas do município; que qualquer pedido enviado ao
142 Conselho se conseguirá liberação; que há sempre avaliação das situações por
143 equipe técnica e que as explanações são no sentido de orientação. Ângelo
144 pergunta à Jéssica sobre uma movimentação de terra em área próxima ao
145 parque e ao arroio; que quem autoriza ou libera [empreendimentos] é o IAT; que
146 se houver vontade dos proprietários em construir no local há a liberação por parte
147 do órgão municipal. Jéssica comenta que se estiver nas condições legais há a
148 concessão do alvará; considera-se para tanto também a avaliação das
149 condições presentes no mapa de uso e ocupação do solo. Ângelo (Campo Real)
150 comenta que dependendo do tipo de empreendimento, em condições especiais
151 requerem liberação pelo órgão competente. Ângelo comenta sobre a construção
152 de um comércio (supermercado New) que em área próxima ao parque realizou
153 sobre a área do rio. Magda comenta que não há liberação e que possivelmente
154 a construção é irregular. Jéssica apura que a construção em questão não possui
155 alvará. Ângelo (Campo Real) comenta que há necessidade da tomada de
156 providencias para avaliar a questão considerando também via MP. Dra. Gabriela
157 comentou que há a possibilidade de instaurar procedimento para solicitar
158 explicações às partes. Alguém comenta sobre uma possível solicitação de
159 canalização do córrego na área. Magda comenta que atualmente a liberação de
160 canalização de recurso hídrico ocorre somente com a publicação de decreto de
161 utilidade pública [do procedimento]. Ângelo pede explicação a Jéssica sobre a
162 liberação de construção nas condições apresentadas. Jéssica fala que
163 atendendo aos requisitos legais construtivos e das condições ambientais,
164 apresentadas em projeto, pode-se conceber a liberação de alvará e avaliação
165 semelhante ocorre também para liberação pelo IAT. Ângelo (Campo Real)
166 comenta sobre uma construção com condição semelhante em outra cidade, a
167 título de informação; que as condições podem ser semelhantes. Carla comenta
168 sobre o envio de ofícios já comentados anteriormente. Comenta novamente



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



169 sobre a presença dos membros das instituições nas reuniões do Conselho. Fala
170 também sobre a ausência dos representantes também da Secretaria de
171 Educação. Ângelo comenta também a importância da verificação das condições
172 da construção do supermercado New, oficiando pedido de resposta à secretaria.
173 Magda sugere que, explicando a realidade presenciada na gestão,
174 provavelmente as condições determinadas pela secretaria devem estar corretas;
175 comenta que pode haver má fé nas condições posteriores da construção, e o
176 Conselho deveria solicitar ao proprietário a licença ambiental da construção em
177 questão. Ângelo vê como necessário ao menos o envio da documentação
178 existente para avaliar as condições, em especial de fiscalização, pois há uma
179 cadeia de liberações e processo de procedimentos. Cita exemplo de fiscalização
180 em construção em outra área da cidade. Necessita verificação da documentação
181 para saber se há algum erro em fiscalização; que os envolvidos no processo de
182 fiscalização, havendo erros procedimentais, podem ser responsabilizados. Carla
183 comenta a análise do caso, indo um degrau de cada vez, iniciando o
184 questionamento ao IAT sobre o parque e, na sequência, a questão da liberação
185 da construção da área do supermercado, fazendo os questionamentos
186 possíveis. Solicita a presença da Secretária Jéssica no dia da reunião. Carla
187 abre para demais perguntas e questionamentos. Marcelo (IDR) comenta sobre
188 a avaliação de imagens para verificações de áreas verdes e cobertura
189 remanescente. Jéssica comenta sobre situações passadas em questionamentos
190 ocorridos no Conselho de Saúde, e Carla exemplifica a respeito de alguns
191 acontecimentos ocorridos no Conselho de Saúde. Magda pede a palavra e
192 comenta sobre o trabalho de coleta de orçamentos sobre o diagnóstico das APPs
193 existentes [na área urbana de Irati] e de invasões nas referidas áreas; que os
194 conselheiros receberão o material para análise; que os valores constantes são
195 os encaminhados pelas empresas consultadas e que será aberta uma licitação
196 para contratação do diagnóstico. Exemplifica as condições do processo licitatório
197 do PMSB. Na sequência, considerando também sua participação no Conselho
198 de Bem-Estar Animal e apresentando as condições de funcionamento do
199 Conselho, sugere encaminhar ofício via Secretaria de Meio Ambiente para
200 propor a utilização de recursos do Fundo de Meio Ambiente, por seis meses,
201 para a compra unicamente de ração para alimentação dos animais, até que o
202 Conselho e a Secretaria correlata consigam a provisão de recursos para
203 funcionamento de suas atividades. Carla comenta a necessidade de construção
204 de um projeto para respaldar a utilização do recurso; e também comenta sobre
205 algumas situações presenciadas diante do Conselho de Proteção e Bem-Estar
206 Animal. Carla comenta sobre o curso realizado pelo TCU; que o conselheiro Sr.
207 Nei, do Observatório Social, se dispôs a realizar um curso sobre o papel do
208 conselheiro; informa que haverá um custo, em especial alimentação e
209 deslocamento, para realização do mesmo, estendendo aos conselheiros dos
210 demais Conselhos e suas mesas diretivas; propõe utilizar recursos do Fundo



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



211 para realização do curso; expõe o papel do conselheiro, como fiscalizador e
212 deliberativo, apresentado os problemas e propondo saídas dos mesmos aos
213 gestores; há sempre a necessidade de estudo. Pede permissão aos conselheiros
214 para realizar o pedido de utilização do recurso com esta finalidade. Apresenta
215 uma data provável para a segunda semana de junho; havendo período para
216 informar os conselheiros. Ângelo (Campo Real) e Wanderlei Kawa (Amcespar)
217 propõem a cessão do espaço de auditório das instituições para realização do
218 curso. Questionada sobre o período de realização, Carla comenta que será
219 breve, para não ser extenso e ser perdido o foco. Carla agradece a presença de
220 todos, pede que seja assinada a lista de presença. Rafael sugere assunto para
221 inclusão em pauta para a próxima reunião. Carla encerra a reunião. Eu, José
222 Osvaldo Kozlinski, redigi a presente ata e assino juntamente com a presidente.